

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias3

Demonstrações contábeis regulatórias

Balanço patrimonial7

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido11

Demonstrações dos fluxos de caixa12

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias13



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da

ESTE – Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da ESTE – Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ESTE – Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração do ativo imobilizado

Veja a Nota 3.1 e 7.1 das demonstrações contábeis regulatórias

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui registrado no seu Balanço Patrimonial o montante de R\$ 540.508 mil relativo ao seu ativo imobilizado líquido. Esses ativos são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.</p> <p>A Companhia considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de transmissão. Devido à relevância do ativo imobilizado, consideramos esse assunto como o principal assunto de auditoria.</p>	<p>Avaliamos as políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e confrontamos os mapas auxiliares relativos ao ativo imobilizado com os saldos contábeis. Adicionalmente, efetuamos o recálculo da depreciação do ativo imobilizado com base nas vidas úteis determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE confrontando o resultado do recálculo com os saldos contábeis. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas sobre o ativo imobilizado nas demonstrações contábeis regulatórias.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A ESTE – Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A, preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 07 de março de 2025.

Auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 16 de abril de 2024, sem modificação.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP-014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo			
Ativo Circulante		38.845	44.212
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	35.204	28.114
Investimentos Temporários	5	-	9.971
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	6	1.886	5.213
Serviços em Curso		451	351
Tributos Compensáveis		112	222
Despesas Pagas Antecipadamente		18	12
Outros Ativos		1.174	329
Ativo Não Circulante		570.473	581.540
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	6	10.381	4.969
Depósitos Judiciais e Cauções		132	167
Imobilizado	7.1	540.508	556.936
Intangível	7.2	19.452	19.468
Total do Ativo		<u>609.318</u>	<u>625.752</u>

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Passivo			
Passivo Circulante		57.874	48.473
Fornecedores		9.015	14.278
Debêntures	8	15.383	(335)
Obrigações Sociais e Trabalhistas		1.329	1.131
Tributos		9.759	10.294
Dividendos Declarados		19.712	21.497
Encargos Setoriais		932	797
Provisão para Compensação Ambiental		1.744	811
Outros Passivos			
Passivo Não Circulante		587.027	571.779
Debêntures	8	585.860	571.148
Encargos Setoriais		771	410
Outros Passivos		396	221
Total do Passivo		644.901	620.252
Patrimônio Líquido			
Capital Social	10.1	88.142	88.142
Reserva de Lucros	10.2	353.661	334.018
Prejuízos Acumulados		(516.522)	(481.148)
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais		39.136	64.488
Total do Patrimônio Líquido		(35.583)	5.500
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		609.318	625.752

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Operações			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão		158.150	152.611
(-) Parcela Variável		(187)	(64)
Tributos			
PIS-PASEP		(2.606)	(2.517)
Cofins		(12.005)	(11.594)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.414)	(1.365)
Reserva Global de Reversão - RGR		-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(573)	(554)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	11	141.365	136.517
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		141.365	136.517
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	12	(6.200)	(4.861)
Material		(190)	(172)
Serviços de Terceiros		(1.734)	(1.466)
Arrendamento e Aluguéis		(491)	(503)
Seguros		(74)	(46)
Doações, Contribuições e Subvenções		(560)	(430)
Provisões		(7)	-
Tributos		(63)	(70)
Depreciação e Amortização		(16.743)	(16.743)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		357	77
Resultado da Atividade		115.660	112.303
Equivalência Patrimonial		-	-
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(58.662)	(54.346)
Receitas Financeiras		3.200	4.929
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		60.198	62.886
Despesa com Impostos sobre o Lucro	13	(9.081)	(11.232)
Resultado Líquido do Exercício		51.117	51.654

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado do Exercício	51.654	51.654
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>51.654</u>	<u>51.654</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros							
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial para Incentivos Fiscais	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva de Retenção de Lucros	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Lucros (Prejuízos) Acumulados (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	88.142	17.628	-	289.989	42.055	25.255	(438.796)	24.273
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(25.255)	-	(25.255)
Pagamento de dividendos sobre lucros a realizar	-	-	-	(23.675)	-	-	-	(23.675)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	51.654	51.654
Destinação Proposta à A.G.O.:								
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Incentivo Fiscal	-	-	8.021	-	-	-	(8.021)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(21.497)	(21.497)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	-	64.488	(64.488)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	88.142	17.628	8.021	266.314	42.055	64.488	(481.148)	5.500
Pagamento de Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(64.488)	-	(64.488)
Pagamento de Dividendos sobre Lucros a realizar	-	-	-	(8.000)	-	-	-	(8.000)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	51.117	51.117
Destinação Proposta à A.G.O.:								
Reserva de Incentivo Fiscal	-	-	7.643	-	-	-	(7.643)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(19.712)	(19.712)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	-	39.136	(39.136)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	20.000	-	-	(20.000)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	88.142	17.628	15.664	278.314	42.055	39.136	(516.522)	(35.583)

(*) Apesar da posição patrimonial apresentar prejuízos acumulados, a operação da Companhia não é deficitária. Este prejuízo é decorrente do fato que para fins societários o reconhecimento da receita ocorre desde o início da construção do empreendimento e para fins regulatórios, tal reconhecimento ocorre conforme emissão das faturas da receita de transmissão. Estas diferenças estão descritas e conciliadas na NE 15.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do Exercício	51.117	51.654
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	27	27
Depreciação	16.716	16.716
Equivalência Patrimonial	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.081	11.232
Juros e Variações Monetárias	57.694	53.894
Provisões para Litígios	175	-
Outros	18	(22)
	134.828	133.501
Redução (Aumento) de Ativos		
Concessionárias e Permissionárias	(2.085)	2.661
Tributos Compensáveis	22	(1.270)
Outros	(917)	(526)
	(2.980)	865
Aumento (Redução) de Passivos		
Encargos Setoriais	362	(184)
Fornecedores	(5.263)	(3.144)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	333	844
Tributos	(1.332)	996
Outros	934	251
	(4.966)	(1.237)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais		
Encargos de Dívidas Pagos	(27.264)	(26.006)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(8.197)	(10.997)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	91.421	96.126
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aplicações de investimentos curto prazo	(596)	(20.722)
Resgates de investimentos curto prazo	10.567	12.175
Imobilizado	(306)	(106)
Intangível	(11)	(9)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	9.654	(8.662)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de dividendos	(93.985)	(94.700)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(93.985)	(94.700)
Variação Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa	7.090	(7.236)
Demonstração da Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do exercício	28.114	35.350
No fim do exercício	35.204	28.114

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão					
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP	Índice de correção	Data da entrada em operação comercial
19/2017	30	2047	146.044	IPCA	fev/22

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.348 de 16/07/2023. RAP acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$160.930.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

1.1 Aplicabilidade

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam na nota explicativa nº 15, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2025.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. Sumário das Políticas Contábeis Materiais

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas na nota explicativa nº 3, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1. Imobilizado e intangível

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

VNR (Valor Novo de Reposição)

A reavaliação compulsória do imobilizado deve ser aplicada ao imobilizado das Outorgadas as quais possuem revisão tarifária. A reavaliação deverá ser aplicada de acordo com a metodologia do Valor Novo de Reposição – VNR e o registro contábil do VNR deve ser efetuado pela diferença, negativa ou positiva, verificada entre o valor homologado e o saldo contábil na data da revisão tarifária e tem por finalidade permitir reconhecer no resultado regulatório da Outorgada, a efetiva depreciação do exercício considerada na formação da sua Receita Requerida – RR.

3.2. Arrendamentos

A ESTE avalia, na data de início do contrato aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a ESTE reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

As operações de arrendamento mercantil são restritas aos bens administrativos e estas operações devem ser submetidas à aprovação pelo Órgão Regulador quando celebradas entre partes relacionadas ou acarretar desvinculação de bem.

3.3. Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

3.3.1. Receita anual permitida (RAP)

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.4. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

3.5. Normas e interpretações novas e revisadas

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

- Alterações ao CPC 26/IAS 21 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes / Passivos não circulantes com Covenants.

A Companhia está avaliando os impactos da adoção desse novo pronunciamento e além de aguardar a sinalização do órgão regulador (ANEEL) sobre tais pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esse estiver em vigor.

3.6. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

A IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis substituirá a norma IAS 1 (CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis), que entrará em vigor para os exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação a nova estrutura da demonstração de resultado, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais das medidas de desempenho.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas Demonstrações Contábeis da Companhia:

- Alterações no IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Caixa Equivalentes de Caixa

Instituição / linha devedora	31/12/2024		31/12/2023	
	Principal Curto Prazo	Saldo Total	Principal Curto Prazo	Saldo Total
Caixa e Aplicações Financeiras	35.204	35.204	28.114	28.114
Caixa e Bancos	110	110	149	149
Aplicações Financeiras	35.094	35.094	27.965	27.965

5. Investimentos temporários

Em 31 de dezembro de 2024, a ESTE possui saldo de investimentos temporários, (R\$9.971 em 31 de dezembro de 2023) referente ao Fundo de investimento Santander Lattice, que tem característica de renda fixa e remunerado em média por 98,54% do CDI, respectivamente.

6. Concessionárias e permissionárias

6.1. Composição do contas a receber

Descrição	Corrente a vencer	Corrente vencida				Total 2024	Total 2023
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias (*)		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.370	140	160	217	10.381	12.267	10.182
Total	1.370	140	160	217	10.381	12.267	10.182
Circulante						1.886	5.213
Não Circulante						10.381	4.969

(*) Alguns usuários do sistema de transmissão ingressaram com ações judiciais questionando as tarifas cobradas pelo uso de sistema de transmissão. Como essas ações foram ajuizadas há mais de um ano, a Companhia classifica no aging list um item vencido há mais de 365 dias. Cabe ressaltar dessas ações estão depositas judicialmente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Imobilizado e Intangível

7.1.A composição do imobilizado é como segue:

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Outros (D)	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023
Ativo Imobilizado em Serviço								
Transmissão	578.531	-	-	578.531	-	(47.411)	531.120	547.836
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	25.557	-	-	25.557	-	(2.414)	23.143	23.994
Máquinas e Equipamentos	552.957	-	-	552.957	-	(44.994)	507.963	523.827
Móveis e Utensílios	17	-	-	17	-	(3)	14	15
Subtotal	578.531	-	-	578.531	-	(47.411)	531.120	547.836
Ativo Imobilizado em Curso								
Transmissão	9.072	285	(18)	9.339	267	-	9.339	9.072
Máquinas e Equipamentos	18	9	1.476	1.503	1.485	-	1.503	18
Móveis e utensílios	32	13	-	45	13	-	45	32
Material em depósito	3.691	242	(1.460)	2.473	(1.218)	-	2.473	3.691
A ratear	13	-	(4)	9	(4)	-	9	13
Adiantamento a Fornecedores	(4)	-	4	-	4	-	-	(4)
Outros	5.322	21	(34)	5.309	(13)	-	5.309	5.322
Administração	28	21	-	49	21	-	49	28
Máquinas e Equipamentos	28	21	-	49	21	-	49	28
Subtotal	9.100	306	(18)	9.388	288	-	9.388	9.100
Total do Ativo Imobilizado	587.631	306	(18)	587.919	288	(47.411)	540.508	556.936

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7.2. A composição do intangível é como segue:

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023
Ativo Intangível em Serviço							
Transmissão	19.481	-	19.481	-	(77)	19.404	19.431
Softwares	136	-	136	-	(77)	59	86
Outros	19.345	-	19.345	-	-	19.345	19.345
Subtotal	19.481	-	19.481	-	(77)	19.404	19.431
Ativo Intangível em Curso							
Transmissão	17	11	28	11	-	28	17
Servidões	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	17	11	28	11	-	28	17
Administração	20	-	20	-	-	20	20
Softwares	4	-	4	-	-	4	4
Outros	16	-	16	-	-	16	16
Subtotal	37	11	48	11	-	48	37
Total do Ativo Intangível	19.518	11	19.529	11	(77)	19.452	19.468

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7.3.As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2024			31/12/2023
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão	2,80%	578.531	(47.411)	531.120	547.836
Custo Histórico	2,80%	578.531	(47.411)	531.120	547.836
		578.531	(47.411)	531.120	547.836
Em curso					
Transmissão	-	9.339	-	9.339	9.072
Administração	-	49	-	49	28
		9.388	-	9.388	9.100
		587.919	(47.411)	540.508	556.936

7.4.A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	30	-	30
Móveis e Utensílios	-	13	13
A Ratear	-	-	-
Material em Depósito	242	-	242
Total das Adições	272	34	306

7.5.As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Debêntures

8.1.Abertura do Endividamento

31/12/2024									
							Taxa a.a		
Instituição / linha credora	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação/ Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador	Juros %
Debêntures - 1ª Emissão - Banco Itaú S.A.	2.752	12.631	585.860	601.243	Sim	dez/19	Não há	IPCA	4,50%
Total por Dívida	2.752	12.631	585.860	601.243					

Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo													
Instituição / linha credora	Data Próximo Pgto Juros	Freqüência Pagto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Freqüência de Amortiz.	Sistemática Amortização	2026	2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total
Debêntures - 1ª Emissão - Banco Itaú S.A.	15/06/2025	Semestral	15/06/2025	15/12/2044	Semestral	Bullet (final)	30.835	30.835	30.835	30.835	30.835	431.688	585.863
Total por Dívida							30.835	30.835	30.835	30.835	30.835	431.688	585.863

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

31/12/2023							Taxa a.a		
Instituição / linha credora	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação/ Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador	Juros %
Debêntures - 1ª Emissão - Banco Itaú S.A.	930	(1.265)	571.148	570.813	Sim	dez/19	Não há	IPCA	4,50%
Total por Dívida	930	(1.265)	571.148	570.813					

							Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
Instituição / linha credora	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pagto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	2025	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
Debêntures - 1ª Emissão - Banco Itaú S.A.	15/06/2023	Semestral	15/06/2025	15/12/2044	Semestral	Bullet (final)	28.557	28.557	28.557	28.557	28.557	428.363	571.148
Total por Dívida							28.557	28.557	28.557	28.557	28.557	428.363	571.148

O saldo de principal da dívida de curto e longo prazo encontra-se acrescido de juros e variação monetária incorridos até 31 de dezembro de 2024 e líquido de custos a amortizar no montante de R\$20.004 para 1ª emissão.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8.2. Composição do Endividamento e Dívida Líquida

Resumo	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2024	Total 2023
(+) Dívida Bruta	2.752	12.631	585.860	601.243	570.813
Debêntures. Moeda Nacional	2.752	12.631	585.860	601.243	570.813
(-) Ativos Financeiros	-	(35.204)	-	(35.204)	(28.114)
Alta Liquidez	-	(35.204)	-	(35.204)	(28.114)
(+) Dívida Líquida	2.752	(22.573)	585.860	566.039	542.699

9. Provisão para litígios

Perda provável:

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a ESTE não possuía processos classificados como perda “provável”.

Perda possível:

Com base no parecer dos advogados externos e internos, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a ESTE não possuía demandas judiciais com probabilidade de perda classificada como “possível”.

10. Patrimônio Líquido

10.1. Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$88.142, representado por 28.830.541 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Integralizadas Ordinárias	Quantidade de ações	
		% do capital	
		Votante	Total
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	28.830.540	100,00%	100,00%
Outros	1	0,00%	0,00%
	28.830.541	100,00%	100,00%

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10.2. Reservas de lucros

	31/12/2024	31/12/2023
Reserva legal	17.628	17.628
Reserva especial para incentivos fiscais	15.664	8.021
Reserva de retenção de lucros	42.055	42.055
Reserva de lucros a realizar	278.314	266.314
	353.661	334.018

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$17.628.

Reserva de incentivo fiscal: Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE (Decreto nº 4.212/2002) apurado na vigência da Lei e contabilizado no resultado do exercício, sendo posteriormente transferido para reserva de lucro de incentivo fiscal e pode ser utilizado somente para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$15.664 (R\$8.021 e 31 de dezembro de 2023).

Reserva de retenção de lucros: Os valores mantidos em reserva de retenção de lucros serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e disponibilidade de caixa da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$42.055.

Reserva de lucros a realizar: Essa parcela advém substancialmente da contabilização de ativos e passivos, cujos prazo de realização financeira ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeiras dos saldos de ativo contratual e, consequente geração de caixa pela Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$278.314 (R\$266.314 em 31 de dezembro de 2023).

11. Receita operacional bruta e líquida

Receita Líquida	31/12/2024	31/12/2023
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	158.150	152.611
(-) Parcela Variável	(187)	(64)
Programa de Integração Social - PIS	(2.606)	(2.517)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(12.005)	(11.594)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.414)	(1.365)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(573)	(554)
Total	141.365	136.517

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11.1. Reajuste Tarifário Anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução homologatória nº 3.348, de 16 de julho de 2024, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 1º de julho de 2024, cujo impacto tarifário para o ciclo 2024~2025 referente aos contratos reajustados pelo IPCA foi de 3,93%.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 1 de julho de 2022 e a próxima será em 1 de julho de 2027.

12. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	5.420	4.861
Remuneração	2.831	2.470
Encargos	998	869
Previdência privada	102	30
Assistência médica	519	313
Despesas rescisórias	45	28
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	709	878
Outros	216	273
Administradores	780	-
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	685	-
Benefícios dos administradores	95	-
Total	6.200	4.861

13. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	60.198	62.886,00
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	20.467	21.381
Efeitos fiscais sobre:		
Equivalência Patrimonial	-	-
Incentivos fiscais	(7.643)	(8.021)
Despesas e Provisões Indedutíveis	258	44
Amortização e Depreciação	5.661	5.659
Receitas Regulatórias	(8.990)	(7.793)
Materiais	(93)	(38)
Lei Rouanet/ Esporte/ FIA	(579)	-
Outros	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	9.081	11.232
Taxa efetiva	15,09%	17,86%

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

15. Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2024			31/12/2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Ativo Circulante						
Caixa e Equivalentes de Caixa	35.204	-	35.204	28.114	-	28.114
Investimentos temporários (*)	-	-	-	9.971	-	9.971
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	1.886	-	1.886	5.213	-	5.213
Serviços em Curso	451	-	451	351	-	351
Ativo Contratual da Concessão	-	128.613	128.613	-	123.200	123.200
Tributos Compensáveis	112	-	112	222	-	222
Despesas Pagas Antecipadamente	18	-	18	12	-	12
Dividendos a Receber	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos Circulantes	1.174	-	1.174	329	-	329
Ativo Não Circulante						
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	10.381	-	10.381	4.969	-	4.969
Depósitos Judiciais e Cauções	132	-	132	167	-	167
Ativo contratual da concessão	-	1.340.259	1.340.259	-	1.299.565	1.299.565
Imobilizado	540.508	(540.263)	245	556.936	(556.920)	16
Intangível	19.452	(19.432)	20	19.468	(19.448)	20
Total do Ativo	609.318	909.177	1.518.495	625.752	846.397	1.472.149

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2024			31/12/2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo Circulante						
Fornecedores	9.015	-	9.015	14.278	-	14.278
Debêntures	15.383	111	15.494	(335)	10	(325)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.329	-	1.329	1.131	-	1.131
Tributos	9.759	-	9.759	10.294	-	10.294
Dividendos Declarados (*)	19.712	-	19.712	21.497	-	21.497
Encargos Setoriais	932	-	932	797	-	797
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	12.364	12.364	-	11.843	11.843
Outros Passivos Circulantes	1.744	-	1.744	811	-	811
Passivo Não Circulante						
Debêntures	585.860	115	585.975	571.148	-	571.148
Encargos Setoriais	771	-	771	410	-	410
Tributos Diferidos	-	251.226	251.226	-	228.469	228.469
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	128.839	128.839	-	124.927	124.927
Outros Passivos Não Circulantes	396	-	396	221	-	221
Total do Passivo	644.901	392.655	1.037.556	620.252	365.249	985.501
Patrimônio Líquido						
Capital Social	88.142	-	88.142	88.142	-	88.142
Reservas de Lucros	353.661	-	353.661	334.018	-	334.018
(Prejuízos) Acumulados	(516.522)	516.522	-	(481.148)	481.148	-
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	39.136	-	39.136	64.488	-	64.488
Total do Patrimônio Líquido	(35.583)	516.522	480.939	5.500	481.148	486.648
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	609.318	909.177	1.518.495	625.752	846.397	1.472.149

(*) As nomenclaturas destas contas estão sendo apresentados em conformidade ao MCSE e correspondem, nas demonstrações contábeis societárias, à conta de Investimento de curto prazo e dividendos a pagar.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2024			31/12/2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações						
Receita / Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	158.150	(158.150)	-	152.611	(152.611)	-
Receita de Operação e Manutenção	-	27.889	27.889	-	27.276	27.276
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	176.368	176.368	-	169.572	169.572
(-) Parcela Variável	(187)	-	(187)	(64)	-	(64)
Tributos						
PIS-PASEP	(2.606)	(761)	(3.367)	(2.517)	(730)	(3.247)
COFINS	(12.005)	(3.504)	(15.509)	(11.594)	(3.362)	(14.956)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.414)	-	(1.414)	(1.365)	-	(1.365)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(573)	(168)	(741)	(554)	(160)	(714)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	141.365	41.674	183.039	136.517	39.985	176.502
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	141.365	41.674	183.039	136.517	39.985	176.502
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(6.200)	-	(6.200)	(4.861)	-	(4.861)
Material	(190)	(277)	(467)	(172)	(113)	(285)
Serviços de Terceiros	(1.734)	-	(1.734)	(1.466)	-	(1.466)
Arrendamento e Aluguéis	(491)	107	(384)	(503)	120	(383)
Seguros	(74)	-	(74)	(46)	-	(46)
Doações, Contribuições e Subvenções	(560)	-	(560)	(430)	-	(430)
Provisões	(7)	-	(7)	-	-	-
Tributos	(63)	-	(63)	(70)	-	(70)
Depreciação e Amortização	(16.743)	16.652	(91)	(16.743)	16.644	(99)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	357	-	357	77	-	77
Custo de Implantação de Infraestrutura	-	-	-	-	-	-
Resultado da Atividade	115.660	58.156	173.816	112.303	56.636	168.939
Resultado Financeiro						
Despesas Financeiras	(58.662)	(24)	(58.686)	(54.346)	(13)	(54.359)
Receitas Financeiras	3.200	-	3.200	4.929	7	4.936
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	60.198	58.132	118.330	62.886	56.630	119.516
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(9.081)	(22.758)	(31.839)	(11.232)	(14.279)	(25.511)
Resultado Líquido do Exercício	51.117	35.374	86.491	51.654	42.351	94.005

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia constrói, opera e mantém a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

15.1.1. Concessionárias e permissionárias

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber origina-se somente depois que a obrigação de desempenho de operação e manutenção é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Contas a receber de clientes", passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

15.1.2. Ativo contratual da concessão

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto de 8,0% a.a.; e (ii) atualizado pelo IPCA.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Ativo contratual da concessão”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas à correção monetária pela variação do IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos e encargos regulatórios - TFSEE registrados na conta “Contribuições e encargos regulatórios diferidos” no passivo não circulante.

15.1.3. Custo de Infraestrutura

O custo da infraestrutura é uma parte importante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia, nos termos do Contrato de Concessão. As regras para definição da infraestrutura remunerada através da tarifa e sua mensuração são estabelecidas pelo Poder Concedente e passíveis de julgamento, e não necessariamente estão alinhadas com práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas regras regulatórias podem levar ao registro como infraestrutura gastos que, eventualmente, não poderiam ser classificados como tal de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou não considerar gastos capitalizados de acordo com essas práticas contábeis, quando dos processos tarifários.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15.1.4. Arrendamentos

Os ajustes de arrendamento mercantil são relativos à adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos. O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para pagamentos futuros e um ativo representando o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Os arrendatários reconhecem separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização do ativo de direito de uso.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" e arrendamentos de curto prazo.

A Companhia possui baixo volume de contratos de arrendamentos e cujos valores, com a adoção do CPC 06 (R2), estão reconhecidos nas demonstrações contábeis societárias em "Arrendamento mercantil" referente aos pagamentos futuros no montante de R\$226 e "Imobilizado" referente o direito de uso no montante de R\$196, líquidos de depreciação.

O CPC 06 (R2) foi incorporado pelo MCSE para demonstrações contábeis regulatórias a partir de 1º de janeiro de 2022 para bens não vinculados à concessão. No entanto, a administração optou por não aplicar seus efeitos, considerando que os custos da adoção superam os benefícios ao leitor, dado o impacto imaterial dos saldos de arrendamento não vinculados à concessão.

15.2. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2023
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	480.939	486.648
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(908.981)	(846.410)
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	30	23
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	392.429	365.239
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	(35.583)	5.500

15.3. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido conforme contabilidade societária	86.491	94.005
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(58.245)	(56.503)
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	113	(127)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	22.758	14.279
Lucro líquido regulatório	51.117	51.654